

## OFERTA DE PRÉ-ESCOLA EM MUNICÍPIOS GAÚCHOS: A INFORMAÇÃO SOBRE CONVÊNIOS NOS *SITES* INSTITUCIONAIS

Bianca Bortolini  
Orientadora: Maria Luiza Rodrigues  
Flores (FACED/UFRGS)

### APRESENTAÇÃO

O trabalho é um recorte de pesquisa que monitora as repercussões da obrigatoriedade de matrícula na pré-escola em sete municípios da Grande Porto Alegre e seu objetivo foi identificar a dependência administrativa das vagas ofertadas, identificando quais instituições seriam públicas ou privadas conveniadas. Os resultados foram colocados em diálogo com os dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do período de 2005 a 2014, sistematizados pela pesquisa maior.

As questões norteadoras foram: os *sites* oficiais da Secretaria de Educação, do Conselho de Educação ou da Prefeitura informam quais instituições são municipais e quais são privadas conveniadas?

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

- ✦ Trajetória de expansão da oferta de educação infantil nestes municípios (SOARES E FLORES, 2015);
- ✦ Riscos à garantia da qualidade, nos casos de conveniamento do poder público com algumas instituições privadas (SUSIN E PERONI, 2011; FLORES E SUSIN, 2013).

### METODOLOGIA

- ✦ Revisão dos dados do INEP referentes às matrículas da pré-escola por categoria administrativa;
- ✦ Levantamento de dados referentes a este mesmo quesito nos *sites* das prefeituras, das secretarias de educação e dos conselhos municipais de educação.

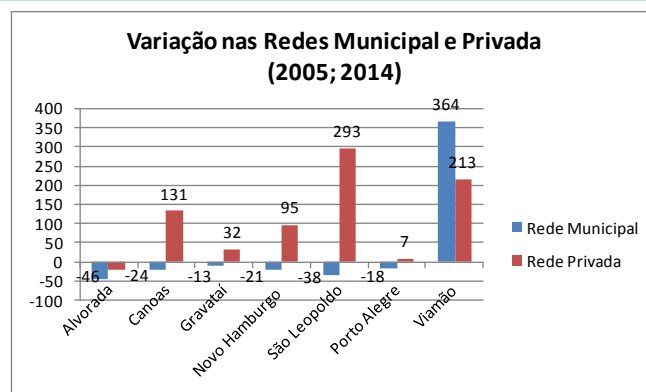
### APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Movimentos nos municípios segundo INEP (2005-2014)

- ✦ Sete ampliaram a oferta de vagas;
- ✦ Seis reduziram matrículas na rede própria (-13% a -46%);
- ✦ Seis ampliaram matrículas na rede privada (7% a 293%);

Informações nos *sites* municipais:

- ✦ Uma secretaria informava a categoria administrativa das instituições;
- ✦ Um conselho de educação apresentava a informação para o caso das escolas autorizadas.



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos *sites* oficiais pesquisados, no período investigado, não informava a dependência administrativa da vaga ofertada, informação necessária ao controle social da oferta educacional, uma vez que nos diferentes modelos de conveniamento existe transferência de recurso público para instituição privada. (BRUSIUS E FLORES, 2015).

### REFERÊNCIAS

FLORES, M. L. R.; SUSIN, M. O. K.. Expansão da Educação Infantil através de parceria público-privada: algumas questões para o debate (quantidade *versus* qualidade no âmbito do direito à educação). In: PERONI, V. M. V. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 220-244. SUSIN, M. O. K.; PERONI, V. M. V. A parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias: a educação infantil em Porto Alegre. **Revista Brasileira de Política e administração da educação**. V. 27, n2. Mai/ago 2011. BRUSIUS, A.; FLORES, M. L. R. **As metas do Plano Nacional de Educação e a oferta de educação infantil**: um estudo de caso em municípios do Rio Grande do Sul. In: 3º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA. 2015, Gramado. **Anais**. Gramado: 2015.